



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -
3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Gestão 2023-2025]

Data: 19 de junho de 2024
Local: Microsoft Teams (remota)

1 **Abertura e saudações da 3ª Reunião Plenária Ordinária.** A Sra. Elisabetta Recine,
2 Presidenta do Consea, confirmou que esta Plenária apresentava quórum mínimo para
3 iniciar a reunião. A Presidenta do Consea apresentou a pauta prevista para a reunião:
4 14h00-15h00 - Relato das Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes de
5 Consea Estaduais (CPCE); 15h00-16h30 – O desastre socioambiental no Rio Grande do
6 Sul e a segurança alimentar e nutricional nos planos de reconstrução do estado; 16h30-
7 17h00 – continuação do Relato das CPs e CPCE; 17h00-17h30 – Deliberações da Plenária;
8 17h30-17h45 – Informes; 17h45 – Encerramento. Na sequência, a Presidenta do Consea
9 solicitou às coordenações das CPs, da CPCE e representantes dos Grupos de Trabalho
10 (GTs) de Cultura Alimentar e da Agenda Internacional em Segurança Alimentar e
11 Nutricional (SAN) para fazerem seus informes e apresentarem os pontos centrais de suas
12 discussões. **Ponto de Pauta: Relato das Comissões Permanentes, da Comissão de**
13 **Presidentes de Consea Estaduais e dos Grupos de Trabalho.** A Vice-Coordenadora da
14 Comissão Permanente 2 (CP2), Sra. Laís Amaral, apresentou o debate e os
15 encaminhamentos da CP2, destacando como um dos pontos principais discutidos a
16 Reforma Tributária, incluindo recomendações sobre os alimentos e agrotóxicos e a
17 submissão à aprovação da Plenária para envio para as partes interessadas. Ademais,
18 destacou as apresentações da matriz e da metodologia proposta pelo Ministério da
19 Saúde e pelo Consea, com encaminhamentos para definição da oficina entre os
20 membros da CP2 para preenchimento da matriz relacionada ao III Plano Nacional de
21 Segurança Alimentar e Nutricional. Houve também a citação do monitoramento da
22 regulamentação acerca do marketing digital dos substitutos de leite materno, indicando
23 a importância da sua regulamentação. A Vice-Coordenadora da CP2 relatou o envio de
24 Recomendação do Consea para o Ministério da Saúde e o recebimento de ofício em
25 resposta por parte desse órgão, no qual consta que a consulta interna será realizada
26 entre julho e agosto e o envio para os demais países entre setembro e dezembro,
27 buscando apoio destes em espaços de participação internacional. Assim, o envio da
28 proposta sobre a regulamentação do marketing digital dos substitutos de leite materno
29 será realizado no primeiro semestre de 2025. A Vice-Coordenadora também discorreu
30 sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, pontuando aspectos importantes
31 em cada um dos 6 Eixos do Plano: Eixo 1 - destacou no Programa de Aquisição de
32 Alimentos (PAA) quanto à inclusão de restrições de agrotóxicos no aperfeiçoamento das
33 normas sanitárias e inclusão de restrições do estímulo à produção de commodities; Eixo
34 2 - ressaltou a modernização e requalificação dos mercados atacadistas de alimentos
35 (Ceasas), especialmente em desastres climáticos e inclusão da questão das regiões
36 vulneráveis em todos os equipamentos de abastecimento; Eixo 3 - indicou o
37 abastecimento alimentar em situações de emergências relacionados aos ambientes
38 alimentares e o acesso à alimentação saudável; Eixo 4 - pontuou a promoção de preços
39 justos de alimentos da cesta básica com a garantia de monitoramento periódico dos
40 preços em nível nacional e censo dos preços em tempos de crises climáticas, citando o
41 caso do Rio Grande do Sul; Eixo 5 - relatou a necessidade de ampliação da lei da água da
42 casa para os demais estados e municípios que até então não se beneficiam da mesma.
43 Já o Eixo 6 - compilou algumas das informações dos outros eixos e adicionou dar a
44 visibilidade ao Mapa de Feiras Orgânicas (IDEC) e a criação do Mapa de Equipamentos

45 de Abastecimento de Alimentos para ações em territórios vulneráveis. Por fim, a Vice-
46 Coordenadora relatou que a CP2 encaminhará na segunda-feira, dia 24 de junho, às
47 contribuições para a Estratégia de Prevenção da Obesidade para brasileiras e brasileiros
48 2024-2034. Agradeceu. A Presidenta do Consea fez a sugestão de passar a palavra ao GT
49 de Cultura Alimentar, visto que o final da apresentação da CP2 já estava atrelado as
50 informações deste. Relembrou que foi uma reunião de instalação e que algumas CPs não
51 enviaram representações, sendo importante, porém não obrigatória, esta participação.
52 Alertou, ainda, que há um compromisso do GT na realização de uma estrutura de
53 trabalho até o final deste ano, visto que o atual mandato se encerra em fevereiro e é
54 importante deixar um documento para que a nova composição do Consea tenha a
55 possibilidade de dar continuidade ou alterar a agenda. Assim, passou a palavra à
56 Conselheira e membro da CP2, Sra. Juliana Casemiro, que indicou que a reunião do
57 Grupo de Trabalho de Cultura Alimentar foi bastante produtiva, mas reiterou a ausência
58 de representantes de todas as CPs, apenas membros da CP2, CP4 e CP7 e representantes
59 dos Ministérios da Saúde e da Cultura participaram, sendo ainda necessário formalizar
60 a sua composição. Relembrou que é sugerido para composição do GT até dois
61 representantes de cada CP do Consea e até cinco representantes do governo, indicados
62 pelos ministérios e ainda não definidos pelo Caisan. A representante do GT compartilhou
63 a discussão sobre a presença da cultura alimentar durante a 6ª Conferência, realizaram
64 uma proposta de cronograma de trabalho para GT, apreciada pelo grupo, e
65 identificaram a necessidade de mapear eventos e oportunidades de trabalhar o tema de
66 cultura alimentar para contribuição em processo de escuta e de sistematização do
67 marco. A conselheira indicou o encaminhamento de debates interconselhos e integrar
68 a discussão do marco como tema presente em um dos seminários do Seminário
69 Temático do Encontro Nacional de Rede de Pesquisa em SAN, que vai acontecer em
70 setembro, que está sendo articulado com um dos GTs da Rede PENSAN. Indicou a
71 proposta de construir uma oficina de escuta em atividade prévia a plenária de outubro,
72 que tem a tendência de ser presencial, revisitar o relatório final da 6ª Conferência
73 identificando como a cultura alimentar apareceu nos diferentes GTs e realizar a agenda
74 das próximas reuniões virtuais para o GT na próxima reunião definida para o dia 3 de
75 julho para discussão do cronograma, sendo a primeira atividade a oficina de escuta
76 sobre o marco da cultura alimentar de pessoas envolvidas no marco de EAN. A
77 Presidenta do Consea agradeceu o relato e lembrou da oportunidade de levar a
78 discussão do GT articulado com o III Plano Nacional, junto a Secretaria Extraordinária de
79 Combate à Fome, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
80 Combate à Fome (MDS), fortalecendo o marco da cultura alimentar por meio desse
81 Plano. Perguntou à Conselheira Laís se houve a discussão sobre o tema da cultura
82 alimentar relacionada ao III Plano Nacional, visto que todas as CPs tiveram a discussão
83 da proposta de como engajar na primeira etapa de elaboração do plano. A Vice-
84 Coordenadora da CP2 relata que não foi feita essa discussão na reunião. A Presidenta
85 do Consea então pontua que é necessário resgatar essa pauta na CP2 posteriormente e
86 pergunta se alguém apresenta dúvidas ou acréscimos sobre o relato do GT de Cultura
87 Alimentar. A Coordenadora da Comissão Permanente 4 (CP4), Sra. Daniela S. Frozi,
88 acrescentou ao relato do GT de Cultura, que além da centralidade da cultura alimentar

no Plansan, ela também foi abordada no Plano de Abastecimento Alimentar, além da perspectiva de trazer convidados ao GT que tenham relevância no tema da cultura alimentar. A Presidenta agradeceu e passou a palavra para a Coordenadora da Comissão Permanente 1 (CP1), Sra. Marina B. Caixeta, que indicou a proposta elaborada pela CP2 para Oficina sobre o Sisan, sendo composto por três eventos pré-oficina com as temáticas: políticas de financiamento, operacionalização do Sisan e a Comissão Tripartite do Sisan. A previsão é de que a oficina aconteça nos dias 19 e 20 de setembro, de forma presencial em Brasília com uma pré-reserva na ENAP, e a pré-oficina composta por diálogos em agosto, sendo necessário ainda amadurecer a metodologia para ambos os eventos. Relatou também sobre o orçamento de 2025, fruto da proposta na última plenária da Secretaria-Executiva para monitoramento do orçamento público mais dedicado à temática de SAN, incluindo a apresentação da xxxxx do Consea à Caisan e Ministério de Planejamento e Orçamento sobre o monitoramento do orçamento público de SAN. Pontuou as discussões sobre o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, momento de construção nas CPs, mapeando as propostas de cada CP, identificando desafios e soluções para as propostas implementadas, realizando uma oficina para categorização das CPs e formação de um GT. Também foi discutido na CP1 o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, destacando o detalhamento da estratégia para a governança e interlocução federativa do plano, dos programas e ações inovadoras e os critérios de priorização para a capilarização dos equipamentos de abastecimento nos territórios. A participante da CP1 ainda comentou que não foi identificado o membro da CP1 para compor o GT sobre Cultura Alimentar e para o Fórum Interconselhos. A Presidenta do Consea lembrou a importância de deixar explícito o referencial do Decreto da cesta básica no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Em substituição à Coordenadora do GT Internacional, a conselheira suplente, Sra. Marina B. Caixeta continuou sua fala em relação ao Grupo de Trabalho Internacional. Ponderou a atualização sobre os processos de negociação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa do Brasil junto ao G20, indicando a discussão realizada em Teresina, com a presença da Presidenta, sobre maneiras de interferência da sociedade civil nas negociações da documentação das cestas de políticas, em que pode sugerir políticas para os países todos que vão aderir, com declaração de adesão dos países à aliança, tendo em vista a partir das reuniões de julho os encaminhamentos dos documentos constitutivos da Aliança, os quais incidem nos processos de formação desses espaços de governança no âmbito da Aliança Global. Um dos pilares específicos sobre financiamento da aliança. Ademais, o seguimento do Plano de Atividades da ESAN-CPLP 2023-2025, com uma proposta de evento paralelo do Consea, SECF/MDS e SE/CPLP ao CSA em outubro. Relatou que o GT Internacional também realizou dois informes sobre as ações de apoio/mobilização do Consea no mecanismo de sociedade civil e povos indígenas do CSA e as ações do painel de especialistas, permitindo maior diálogo entre a sociedade civil global e seguimento na mobilização nas políticas públicas nos territórios. Citou a realização de duas reuniões sobre apoios pontuais às duas instâncias, relacionadas ao apoio a eventos no CSA em Roma e no mecanismo da sociedade civil e povos indígenas, estando previsto dois encontros sobre a redução das desigualdades em segurança alimentar e nutricional em âmbito global, no mês de julho.

Os outros tipos de apoio que em relação a como o conselho pode planejar a sua atuação, em termos de construir maior diálogo entre a sociedade civil global e como pode dar seguimento à mobilização e difusão nas diretrizes e nas políticas aprovadas em Roma no âmbito do CSA nos territórios. A Presidenta agradeceu o relato e lembrou que as regras do Plano de Abastecimento devem ser compatíveis e se adequar as diferentes infraestruturas, capacidades e disponibilidades técnicas dos diversos municípios. Perguntou se alguém apresentava dúvidas ou acréscimos sobre o relato da CP4. Sem manifestações, passou a palavra para a Coordenadora da Comissão Permanente 4 (CP4), Sra. Daniela S. Frozi. A Coordenadora relatou a presença do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania que compartilhou as experiências do Plano Ruas Visíveis, indicando a situação da população em situação de rua. Além disso, houve o relato da reconstrução de moradias no Rio Grande do Sul e o encaminhamento pela construção de recomendação, que será apreciada na Plenária. A Coordenadora da CP4 indicou a necessidade de um pacto federativo e urgência relacionada às vulnerabilidades dos moradores de rua. Relatou que essa população tem tido violado o direito humano à alimentação adequada, não tendo acesso aos alimentos, principalmente em Porto Alegre. Outros encaminhamentos discutidos na CP4 foram a realização de oficinas para sensibilização do tema de DHAA, ampliação de prazos para adesão aos editais das cozinhas solidárias e fortalecimento do pacto federativo. Em relação ao Plano Ruas Visíveis, destacou que é uma estratégia de 11 ministérios com orçamento aproximadamente 1 bilhão de reais e com o controle social e fóruns de colaboração para realização do plano com sucesso. Relatou a presença de gestores dispostos a realizar o intercâmbio entre outros programas, como o Programa Alimenta Cidades, solicitando ao MDS o mapeamento das 60 cidades para futura parceria com Ruas Visíveis. Sobre o III Plansan, a CP4 espera os encaminhamentos da Mesa Diretiva para dar continuidade ao trabalho. Ademais, houve a atualização sobre o Programa Cidadania Marajó, que teve seu lançamento em dezembro do ano passado e divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), mapeando a realidade da insegurança alimentar no arquipélago, alimentação escolar e as vulnerabilidades sociais das mulheres, crianças e adolescentes, visando a proteção social, junto aos Ministérios da Cultura e da Educação, sendo a inserção do Consea relevante para debate da pauta. Outra pauta discutida na CP4, em conjunto com a CP2, foi o monitoramento da regulamentação do Marketing Digital dos Substitutos do Leite Materno, enfatizando a necessidade de incidência nacional visando instituir processos de leis, de portarias e de mecanismos protetivos para crianças de idades de 0 a 2 anos, junto aos ministérios envolvidos, como o Ministério da Justiça e Ministério Público para adentrar nessa luta nacional. A participante da CP4 e representante do MDHC, Sra. Laura F. Zacher, complementa a fala para agradecer aos ministérios, Casa Civil, MDS, Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério da Cultura (MC) e convidou o Consea para participar do fórum permanente do Marajó, indicou a importância de estar no território e entender as peculiaridades e desafios no arquipélago. Sobre as Ruas Visíveis, convidou a discussão de como a sociedade civil pode auxiliar no desenvolvimento de saídas e soluções para

177 isso. Indicou as pautas que seriam tratadas na próxima reunião, sendo os públicos
178 específicos que entraram no Brasil sem Fome, a população LGBTQIA+, sistema prisional,
179 com a questão do combate a tortura e alimentação. Finalizou dizendo a respeito da
180 pulverização aérea, lembrando que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a
181 pulverização aérea, que no caso de Marajó ocorre com frequência devido à plantação
182 de arroz. Indagou sobre a possibilidade de trazer esse tema como pauta aos Conseas
183 Estaduais, para possível decreto do Presidente da República. Agradeceu. A
184 representante da CP4, Sra. Daniela Frozi, concordou com as citações sobre os
185 agrotóxicos e lembrou de reunião on-line para retomar os encaminhamentos da CP4
186 e planejamento do segundo semestre. Acrescentou que foi selecionada para
187 representar a CP4 na comissão do GT de Cultura Alimentar para elaboração da
188 recomendação da centralidade do direito humano e alimentação adequada junto ao
189 Ministério Extraordinário de apoio ao Rio Grande do Sul. Agradeceu. A Presidenta do
190 Consea agradeceu e fez uma observação sobre a participação do Ministério dos Direitos
191 Humanos e Cidadania e a importância para o Consea na discussão. Solicita se alguma CP
192 realize a fala de forma breve para que a Secretária-Executiva do MDA Fernanda
193 Machiaveli consiga realizar a fala posteriormente. A Presidenta do Consea então passou
194 a palavra para a Coordenadora da CP7, a Sra. Regina Nogueira (Kota Mulangi). A
195 Coordenadora da CP7 indicou a presença do convidado Márcio Menezes na reunião da
196 CP, representante da Catrapovos, que acompanha o trabalho da Comissão de Alimentos
197 Tradicionais dos Povos do Amazonas, que tem sido replicado em todos os estados e tem
198 como principal objetivo a disponibilização dos alimentos produzidos pelos povos e
199 comunidades tradicionais, com muito apoio do Ministério Público Federal, sendo vista
200 como saída para negociação com os governos, inclusive sobre a execução dos programas
201 nacionais de compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar
202 (PNAE). Ademais, citou o embate relacionado a vigilância sanitária, reconhecendo a
203 sanitariedade própria dos povos e comunidades tradicionais que possibilitou o êxito das
204 compras. Foi relatado à CP7 que 60% das comissões da Catrapovos é representada pela
205 sociedade civil, mas reforçou a importância do apoio de procuradores federais ou
206 estaduais e defensores públicos. Indicou que o encaminhamento da CP foi o estímulo
207 aos povos e comunidades tradicionais que constituem a CP7 para que atuem em seus
208 respectivos estados, estimulando, participando, constituindo as comissões,
209 promovendo uma capacitação aos procuradores, aos moldes do que foi exitoso no
210 Amazonas. Também demandou à CPCE o envolvimento dos Conseas Estaduais e
211 Municipais nessas comissões em formação. Outras pautas discutidas pela comissão, com
212 participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e MDS, foram em
213 relação à vigilância sanitária, ao Plano de Abastecimento, no qual foi identificada a
214 necessidade de realizar propostas objetivas e às Cozinhas Solidárias, de modo a incluir
215 dentre as instituições gestoras as que atendam os povos e comunidades tradicionais.
216 Informou que na reunião não houve quórum da sociedade civil e que irão fazer um
217 chamamento oficial na CP7 para reforço das discussões. Agradeceu. A Presidenta do
218 Consea agradeceu o relato e passou a palavra para a Sra. Elisa Urbano Ramos, Vice-
219 Coordenadora da CP6 e representante do Povo Indígena Pankararu. A Vice-
220 Coordenadora destacou que alguns representantes da APIB não compareceram à

reunião devido a atividades de campo. Apresentou os encaminhamentos da comissão, como a incorporação de pontos da Recomendação nº 5/2024 na minuta de Portaria da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) realizada pelo MDS, pela Funai, pelo MPI, pela Sesai e pela Conab, que o alimento não se restrinja apenas à segurança alimentar, mas tem viés espiritual e de cura, os quais são muito importantes para a vida dos povos indígenas. Além disso, fez uma consideração das especificidades culturais de cada povo, solicitou inclusão no Planab da pauta referente às emergências climáticas e indicação de estratégias de abastecimento para populações mais isoladas. Outro encaminhamento foi em relação ao aporte adicional de renda via Cadastro Único em situação de emergência climática. Informou que as indicações para o Fórum Interconselhos e para o GT ocorreu via grupo de Whatsapp da CP6 devido ao baixo quórum de conselheiros indígenas presentes nessa reunião. Outra proposição da Vice-Coordenadora da CP6 foi a confecção de uma proposta de recomendação para promover as pesquisas relacionadas à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) voltada para os povos indígenas, pois o diagnóstico preciso é essencial, deixando o convite aos representantes da Rede PENSSAN, da Pastoral da Criança e do Acordo de Cooperação Técnica da Matriz dos Sistemas Produtivos Alimentares Indígenas (Funai, Sesai e Unicef) para discutir essa Recomendação sobre a EBIA. Ressaltou a importância da articulação, participação, envolvimento e fortalecimento da participação dessas instituições, principalmente Sesai, Funai e MPI, em articulação com outros ministérios e outras instituições indigenistas, oficiais, mas também que cuidam do direito humano à alimentação adequada, dando ênfase não apenas ao viés cultural de especificidade do bioma onde estão localizados, mas sobretudo espiritual e dos alimentos que curam. Reitera que não é apenas alimentar o corpo, mas alimentar a mente e o espírito. Agradeceu. A Presidenta do Consea agradeceu os relatos e abriu a pauta sobre o Rio Grande do Sul destacando as falas que seriam realizadas pela Presidenta do Consea Rio Grande do Sul, Sra. Cíntia Barenho e a Secretária-executiva do MDA, Sra. Fernanda Machiaveli. Sugeriu a Sra. Cíntia a apresentação de uma síntese da situação e de como o conselho do Rio Grande do Sul está se colocando em relação a todo o processo de recuperação, principalmente em relação a agenda de SAN e, posteriormente, a fala da Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli sobre as ações do MDA no Rio Grande do Sul. Relembrou do momento de escuta durante a fase aguda no Rio Grande do Sul e acompanhamento da Secretaria-Executiva do Consea nessa Reunião Plenária. Passou a palavra à Presidenta do Consea RS, a qual agradeceu a solidariedade do Consea, da Sra. Elisabetta Recine e da Sra. Marília Leão, que buscaram diálogos e realizaram convites para as reuniões e plenárias. Informou que desde setembro o Consea está em estado de alerta em relação aos eventos climáticos extremos, desde a primeira enchente no Vale de Taquarinha, ainda na gestão do último Presidente. Relembrou que tomou posse no final de 2023 e tomou conhecimento sobre a situação que tinha ocorrido. Comentou que após mais de 50 dias desde o início da situação de calamidade no estado do RS, 478 dos 497 municípios do estado foram afetados, mais de 10 mil pessoas desabrigadas e quase 50 mil desalojadas e um total de 2 milhões de pessoas afetadas. Além disso, várias pessoas estavam desaparecidas e animais de grande e pequeno porte abrigados em locais específicos. Os indivíduos que conseguiram retornar às suas casas ainda ficaram

em estado de alerta para possíveis chuvas. Comunicou que o Poder Público Municipal de Porto Alegre e de alguns municípios tiveram a iniciativa de realizar um processo denominado de Cidades Temporárias, com grande crítica social, mas foi a alternativa apresentada até aquele momento. Informou que em um primeiro momento o Consea RS, enquanto unidade, não conseguiu atuar diretamente, visto que seus conselheiros e conselheiras, coordenação-executiva e presidência viviam momentos de apoio, seja pessoais ou seus familiares, ou de somar ações de apoios coletivos, por razões de solidariedade aos movimentos sociais organizados, movimentos populares, associações comunitárias, cozinhas solidárias, terreiros, que fizeram e ainda fazem o enfrentamento e a garantia ao direito humano à alimentação. Como Presidenta relatou estar convencida do papel imprescindível dos equipamentos públicos e populares para a promoção e garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) como política pública. Reconheceu a importância das Cozinhas Solidárias para o fornecimento de alimentos sem distinção ao público atingido, tendo escutado relatos de Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias que não deram respostas urgentes e necessárias à altura da gravidade vivida. Relatou que a fala da CP4 em relação ao impacto do DHAA está de acordo com o visto na presidência do Conselho RS e acrescentou que a população de rua foi bastante impactada. A Presidenta do Consea RS, também participante do Movimento Marcha Mundial das Mulheres, indicou que é evidente que as políticas públicas que tratam da centralidade da vida, das tarefas de cuidado, se mostram urgentes e necessárias, e ainda mais em tempos de crise alimentar. Por mais que as ações que foram colocadas pelo Poder Público Municipal e Estadual no Rio Grande do Sul não consideraram essas questões, os Movimentos Sociais e Feministas os consideraram. Alertou que é necessário racializar os efeitos das enchentes, considerando que são essas populações que estão à margem das políticas de assistência por diversas razões. Informou que participou da reunião da CP3, que discutiu como o racismo e a injustiça ambiental ficaram mais evidentes no estado do Rio Grande do Sul com a crise climática, sendo as populações negras e as populações pobres mais vulneráveis e, por isso, foi identificada a necessidade de que as políticas públicas observem essa perspectiva. Uma das iniciativas do estado sobre a segurança alimentar foi a Central Rede das Redes, uma iniciativa que fez chegar comida, água e donativos aos povos de terreiro, visto que as ações coordenadas entre os entes municipais e estaduais não foram efetivas, reafirmando a fala da CP4 sobre o pacto federativo, o quanto as ações não são coordenadas, são disputadas e não há diálogo entre os entes federativos. Ressaltou que programas de intervenção e recuperação devem levar em conta as especificidades dos povos tradicionais e onde houve menor investimento de infraestrutura básica, foram as áreas mais prejudicadas pela enchente. O direito humano ao acesso à água foi também gravemente atingido e para Porto Alegre houve uma série de fontes públicas, compartilhadas por conta da crise climática. Entretanto, foram contaminadas, indicando que as cidades não estão preparadas para os processos de dificuldade do abastecimento e de acesso à água. Nesse sentido, precisou-se recorrer à água engarrafada, gerando elevação no preço e dificuldade de acesso pelas pessoas. Mesmo com o processo de abastecimento público de água restabelecido, houve o crescimento de muitas doenças relacionadas ao consumo de água contaminada. Em

relação ao acesso à água para os povos indígenas, com essa calamidade, o acesso que já era deficitário se agravou ainda mais, pois os poços e rios estão contaminados pelas enchentes. A Presidenta do Consea RS, relatou diálogo com a Emater e CP3 indicando a problemática da agricultura familiar visto que as chuvas continuam. Nas cozinhas solidárias deram resposta imediata para segurança alimentar e nutricional. Observou que a falta de insumos in natura, com as lavouras destruídas e estradas sem acesso a logística de produção e distribuição ficaram comprometidas, demandou a identificação de ações de transferência de renda direta para esses agricultores ou outras possibilidades de chegar a alimentos mais in natura. Levando em consideração a quantidade de indivíduos desalojados, considera-se a necessidade de ter cozinhas produzindo alimento para essas pessoas, sendo em comunidades da periferia, onde as pessoas apresentam maior vulnerabilidade, empregos informais, a dificuldade mais agravada. Ressaltou que as informações colocadas no Plano Safra para o Rio Grande do Sul devem ser revisadas. Houve a discussão com a CP3 sobre a dificuldade de acesso às sementes de arroz, por exemplo, e dificuldade de acesso às sementes também para os pequenos agricultores, inclusive em articulação com o Conselho de Santa Catarina receberam doação de sementes para distribuição, mas mesmo assim o solo foi perdido, o solo foi levado pelas enchentes. Então mesmo tendo semente houve dificuldade também ao acesso à terra e ao solo para plantio. Sobre os povos tradicionais, indicou que a fonte de renda dos indígenas foi fortemente prejudicada, pois a venda de artesanatos foi interrompida no período, reduzindo a renda desses povos. A Presidenta do Consea agradeceu e passou a palavra à Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do MDA. Esta informou que o lançamento do Plano Safra estava programado para a semana seguinte. Em relação ao caso do Rio Grande do Sul e a agricultura familiar, citou que, desde o início da tragédia, medidas foram implementadas. Relembrou da importância da agricultura familiar, a mais articulada do país, e produção no local, sendo que 25% do Pronaf na Safra 22-23 foi destinado ao Rio Grande do Sul, impactando nacionalmente no preço do arroz. Uma das medidas realizadas foi a suspensão do pagamento das dívidas até o dia 16 de agosto de 2024. Também, o governo federal disponibilizou uma linha de crédito, com condições facilitadas, do Pronaf com 4 bilhões de reais destinados para o processo de reconstrução e retomada da produção, com um diferencial de partida com abatimento de 30%, sendo necessário o pagamento de 70% do valor que seria contraído. Citou que o Ministro Paulo Teixeira implementou a linha de crédito com condições facilitadas e acesso para os que perderam as suas garantias e pela primeira vez o Pronaf vai ser garantido pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO) para micro e pequenas empresas, tendo desejo de expandir ao país todo. No Plano Safra houve um trabalho conjunto com o MDS e CONAB para garantir que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) forneça cestas básicas para as cozinhas solidárias e que a questão do acesso ao alimento in natura seja endereçado por essas medidas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Cesta Básicas do MDS, e já foram mais de um milhão de toneladas oferecidas. Destacou a relação com a fala da Presidenta do Consea RS em relação ao fornecimento de alimentos in natura para as cozinhas solidárias e ressaltou que foi autorizado o comércio dos produtos da agricultura familiar de todo o país para o Rio Grande do Sul. O MDA entrou com assistência técnica

para diagnosticar locais e propriedades que precisavam ser reconstruídas, bem como nas áreas de assentamento da reforma agrária e para quilombolas. Relatou que já está pactuado que o Incra iria fazer as habitações por meio do crédito de instalação em locais específicos para manter as famílias e para que não percam novamente seus lares. Além disso, os recursos estavam sendo direcionados para a reconstrução de estradas para viabilizar o escoamento da produção e o acesso aos alimentos nas cidades próximas. Alertou que estava em debate no Congresso Nacional a questão do rebate das dívidas dos agricultores familiares, com projetos de anistia total para todo o estado. Nesse sentido, o MDA estava realizando junto à Secretaria-Extraordinária de Reconstrução do Rio Grande do Sul uma proposta, discuta com o Ministério da Fazenda, para viabilizar o rebate da dívida daqueles agricultores que de fato sofreram perdas durante as enchentes. Estavam realizando laudos junto a Emater para verificação do dimensionamento para o rebate, indicando que a proposta só sairá após o lançamento do Plano Safra, sendo também pautas de debate no Proagro. Reafirmou que os responsáveis pela emissão de carbono, gases do efeito estufa e degradação das florestas não foram os agricultores familiares e o MDA pretende desenvolver políticas sistemáticas para amparar os agricultores que sofrem perdas, frustrações de safra e que sofrem mais com os eventos climáticos mais agudos. Indicou que o Proagro é um programa que disparou os gastos nos últimos anos devido às estiagens dos anos subsequentes e que a proposta da próxima reunião é buscar como garantir a renda para essas famílias no contexto de eventos climáticos cada vez mais frequentes, articulando a pauta da ambiental e seu impacto para a segurança alimentar. Finalizou convidando todos a participar do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar e se colocou à disposição, em nome do MDA, para os demais debates na reunião plenária. A Presidenta do Consea agradeceu o relato e ressaltou que o Rio Grande do Sul é um exemplo de sistema alimentar e de produção agrícola como modelos que geram eventos climáticos extremos, sendo o diálogo do governo com o MAPA essencial para incentivar a mudança de paradigma de produção de alimentos, além da agricultura familiar, que contribuiu na crise climática a nível global. A Sra. Fernanda Machiaveli complementa dizendo que o III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica estava na reta final junto com a Ecofort, que foi retomado. Citou que o MDA lançaria um edital para apoio de organizações e sociedade civil no processo de transição agroecológica e as linhas do Pronaf voltadas para a sustentabilidade, passando a ter agentes de créditos para os agricultores, apoiando no desenvolvimento de projetos e auxílio aos bancos na criação de planilhas de custo para garantir essa transição agroecológica. O debate levou em consideração os agricultores do Rio Grande do Sul que produzem soja e arroz, muito afetados no período, sendo que o Banco Central considerou arriscado financiá-los. Ressaltou que a discussão sobre essa migração e auxílio aos produtores no processo de adaptação a produção no contexto de escassez hídrica e de possíveis chuvas acentuadas estava em pauta e o Banco Central pretende auxiliar na produção de soja, praticamente dobrando a alíquota do Proagro. Indicou que o país se organiza como sistema produtivo dependente das commodities e que após os eventos climáticos apresenta perda de safras consecutivas que interferem nacionalmente. A Ministra Marina fez um debate junto com o Ministro Paulo Teixeira e o Ministro Fávaro para pensar formas de incentivo

dentro da política de crédito para práticas mais sustentáveis. Concluiu frisando que o debate é intenso e que as mudanças só não são mais céleres porque é preciso ocorrer o processo de adaptação das pessoas às mudanças nas políticas públicas e o que o empenho do MDA tem sido o máximo nesse sentido. A Presidenta do Consea agradeceu e passou a palavra para a Sra. Cintia Miranda, participante do MDS e Coordenadora do Serviço de Proteção e Calamidades Públicas e Emergências no Sistema Único de Assistência Social. A Sra. Cintia Miranda relatou que em novembro do ano passado foi instituído um comitê interno, o GT interno ao MDS, para respostas de proteção social em situações de calamidades públicas e de emergências e outras providências. Uma portaria criou o gabinete de crise em virtude da situação do Rio Grande do Sul, que congrega todas as ações do SNAS. Indicou que no site do MDS na área de Calamidades Públicas e Emergências estão dispostos os informativos e ações do Ministério, como ações de distribuição de alimentos. No setor de assistência social foram realizadas cartilhas para os gestores municipais, incluindo informativos sobre a vigilância socioassistencial, gestão, regras de convivência nos abrigos provisórios, cuidado com os trabalhadores durante a situação de calamidade do Sul. Os eixos de atuação desse setor são divididos entre gestão e atendimento. A gestão inclui a gestão legal, administrativa e orçamentária para os municípios, vigilância socioassistencial, na perspectiva de cadastro do Cadastro Único, de articulação e intersectorialidade. Em relação atendimento, encontram-se o trabalho social com famílias e indivíduos, envolve os Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), a escuta qualificada a grupos comunitários, inclusive prevenindo os impactos na saúde mental e possíveis suicídios após traumas. Outro eixo de atuação se refere aos benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), apoio à gestão do Programa Bolsa Família, auxílio funeral, auxílio natalidade e outros. Comentou ainda sobre o eixo de acolhimento relacionado aos alojamentos provisórios, espaços coletivos e acolhimentos, como Unidades de Acolhimento para Idosos, Unidade de Acolhimento para Criança e Adolescentes, população de rua e emigrantes. Indicou que foram repassados mais de 28 milhões em recursos para os alojamentos provisórios e criada uma iniciativa de força de proteção no Sistema Único de Assistência Social para atuar no território do Rio Grande do Sul. Comentou sobre o Cadastro Único, sendo encaminhados 42 cadastradores em campo para facilitar o acesso aos benefícios para as demais famílias. Houve a unificação do calendário da Bolsa Família, permitindo o saque em qualquer momento para adquirir os recursos e adicionado no Rio Grande do Sul um acréscimo de cerca de 20 mil famílias no sistema do Bolsa Família devido às situações. Realizaram também estratégias de acesso ao beneficiário devido à perda de documentos durante as enchentes, a fim de facilitar o acesso aos recursos. Citou a ação da Caixa que possibilitou o saque em diferentes regiões. A Presidenta do Consea agradeceu, ressaltou a importância da articulação no ciclo de contribuições em caso de calamidades como no Rio Grande do Sul e passou a palavra para a Sra. Lilian Rahal, representante do Sesan. Relatou que foi acionada a distribuição das cestas de alimentos, maior parte já em uma ata de registro de preços que com parceria com a Conab foi possível realizar a distribuição. Identificaram que as cozinhas solidárias atuavam como

441 equipamento de emergência, como espaço de recepção e entrega de refeições, sendo
442 criadas algumas cozinhas emergenciais em abrigos e fora de abrigos para o acesso dos
443 alimentos para a população, quase 26 mil cestas foram distribuídas para 516 cozinhas
444 emergenciais. Além disso, destinaram cestas de alimentos para os povos e comunidades
445 tradicionais e cerca de 22 mil cestas para os povos indígenas, quilombolas, pescadores
446 artesanais, ciganos e aqueles acampados da reforma agrária, isso tudo devido as
447 parcerias com a Funai, Incra, Ministério da Igualdade Racial Superintendência da Pesca
448 do estado. Para os municípios foram encaminhadas cerca de 42 mil cestas, sendo
449 descarregadas até o momento. Foram disponibilizados 20 milhões de reais para
450 aquisição direta de alimentos e doação para as cozinhas na sequência, havendo uma
451 preocupação com as ações após o desastre. Em parceria com a Conab estavam
452 realizando kits de alimentos para doação a partir do PAA para cozinhas e povos e
453 comunidades tradicionais e compra de carnes e alimentos in natura para preparo nas
454 cozinhas. Formalizando termo de colaboração com cozinhas do Rio Grande do Sul,
455 recursos para as cozinhas investirem para o seguimento da oferta das refeições, 5
456 milhões de reais, com a meta de apoio a 40 a 50 cozinhas, para manter o ritmo de oferta
457 de refeições. Indicou um possível acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do
458 Sul com um grupo de professores para um levantamento das ações da sociedade civil e
459 dos governos relacionados à segurança alimentar e nutricional no momento de
460 emergência climática. A representante da Sesan finalizou a fala indicando que no
461 momento da reconstrução do Rio Grande do Sul estava sendo implementada uma nova
462 leva de recursos do PAA para apoio de projetos das entidades, das cooperativas, para a
463 recuperação do mesmo e também recursos do Programa de Fomento Rural aplicados
464 principalmente com os povos e comunidades tradicionais e agricultores da base do
465 Cadastro Único, no perfil do Bolsa Família, para, junto com a assistência técnica, ter esse
466 início a recuperação da capacidade de produção e convivência no meio rural. A
467 Presidenta do Consea agradeceu e cedeu a palavra ao Sr. Kleber Santos, representante
468 do MAPA. Ressaltou que a intensificação das tragédias climáticas infelizmente era uma
469 realidade atual e a importância da discussão do caso. Relatou que o atual chefe da
470 Superintendência de Agricultura do Rio Grande do Sul, Sr. José Kleber, assumiu o cargo
471 junto ao governo atual e realiza reuniões periódicas com órgãos da agricultura, Conab,
472 MDA entre outros, realizando diagnóstico e ofereceu ao Consea caso solicite. Citou a
473 competência do Ministério da Agricultura na vigilância agropecuária na autorização do
474 comércio de produtos da agricultura familiar fora do estado, sendo um foco conjunto
475 entre as entidades para o encaminhamento de técnicos especialistas sobre o manejo do
476 solo para recuperação das terras agrícolas e capacidade produtiva no estado e, por fim,
477 colocou, em nome do Ministro da Agricultura, a disposição ao conselho. A Presidenta
478 do Consea agradeceu e solicitou que enviasse a secretaria do Consea o diagnóstico
479 citado para discussão das informações. Alertou que o conselho busca estratégias junto
480 ao Consea RS para melhor atuação na situação do estado, dialogando com os diferentes
481 setores de governo no nível federal. Propôs a abertura de três falas para comentários
482 sobre os relatos realizados. Passou a palavra ao Sr. Julian, do FBSSAN, que indicou a
483 discussão constante na CP3 sobre o Plano Safra e propôs a criação de um GT para
484 discussão do formato do crédito e seguro agrícola, um problema complexo nas regiões,

o qual estimula a monocultura, mesmo na agricultura familiar, sendo necessário maior debate do Plano Safra. Ademais, indicou a necessidade de monitorar o mercado e preços relacionados ao arroz, mas que tende a ocorrer em outras culturas nacionais, possibilitando a falta de produtos nas próximas safras, sendo risco ao Rio Grande do Sul devido as hortaliças, holerícolas presentes na reunião demonstrando sua preocupação com os próximos passos. Considerou importante mapear as sementes na distribuição e na reestruturação dos sistemas de produção e questionou sobre como seria a reestruturação das cadeias produtivas por inteiro, os sistemas alimentares territorializados, estruturados do ponto de vista da oferta de insumos, de maquinário, de estrutura de comercialização, de escoamento da produção, orientados para duas ou três commodities. Questionou se as regiões anteriormente mencionadas partiriam dessa base, a curto prazo, ou se seria possível criar políticas públicas para efetivamente estruturar, ou pelo menos procurar estruturar, cadeias produtivas que garantam uma diversificação maior da produção. Ressaltou que a pauta foi importante e necessária em outros territórios do país. A Presidenta do Consea agradeceu e passou a palavra à Sra. Luiza Trabuco, representante da Caisan Nacional, que informou que foi realizada uma atividade de escuta, com a Caisan RS, para entendimento do cenário do Consea RS, com participação do Consea Nacional, e com o GT em fase de conclusão da proposta de protocolo de resposta integrada do Sisan em calamidades e emergências para orientar a atuação das instâncias do Sisan nessas circunstâncias, construindo um diagnóstico da situação e identificando um conjunto de resposta do setores para ampliar o atendimento e atenção às famílias afetadas. Informou que esse protocolo ainda estava sendo apreciado no âmbito da CAISAN e que pretende-se realizar uma reunião com a CPCE para discussão desse protocolo. A Presidenta do Consea agradeceu e solicitou à Cintia, Consea RS, suas observações sobre as falas anteriores. A Presidenta do Consea RS ressaltou a complexidade dos assuntos tratados e reforçou que o governo de estado prioriza o agronegócio, como a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), então pensar na reestruturação não fazia parte da agenda e tornou mais difícil solucionar o problema de organização da agricultura. Alertou que por mais que houvesse esforço do MDA, se não colocada na agenda estadual e municipal qualquer mudança seria difícil. Ademais, relatou que o Consea RS não foi consultado e nem buscado pelo governo estadual no início das tragédias na região. Houve apenas perguntas sobre o mapeamento das cozinhas solidárias, não havendo envolvimento em instâncias do governo do estado. Porém, o Consea RS busca realizar suas ações em articulação enquanto conselho. Informou que a Feira Internacional do Cooperativismo da Economia Solidária de Santa Maria seria realizada em breve e buscava realizar uma atividade descentralizada para ampliar a capilaridade em outros lugares do Rio Grande do Sul, reforçando o papel dos movimentos sociais enquanto sociedade organizada para respostas imediatas em momentos de crise. Citou iniciativas junto ao MDS para ampliar e potencializar as cozinhas, mas infelizmente não houve resposta imediata do governo. Evidenciou o Vale do Taquari, onde desde setembro passado muitas das moradias que foram prometidas para serem construídas para a população local não foram construídas, o que gerou descrença no papel do poder público e dos governos. Do ponto de vista das organizações sociais, afirmou que a democracia precisa ser fortalecida e ter os poderes

públicos preparados para enfrentar a reconstrução, levando em consideração o povo e não apenas visando ao agronegócio e ao capitalismo. A Presidenta do Consea agradeceu e complementou indicando a relevância do avanço na implementação do SISAN de forma capilarizada, com instrumentos de gestão, de pactuação avançadas para reduzir a latência entre decisões tomadas no nível federal e a chegada nos territórios. Solicitou que as cinco Recomendações fossem apresentadas antes dos outros relatos para serem apreciadas e colocadas em aprovação. Abriu para a votação em relação ao encaminhamento e ninguém se manifestou de forma contrária. Dando sequência, observou que a primeira Recomendação é oriunda da CP1 e contém proposta sobre o orçamento, para incidência no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025. A Sra. Marina Caixeta, representante da CP1, fez a leitura do *caput* da recomendação do monitoramento do orçamento público de segurança alimentar e nutricional com participação social, adotando o princípio de orçamento sensível a marcadores de gênero, de raça/cor/etnia e de identidade sociocultural, com previsão orçamentária adequada ao enfrentamento dos atuais níveis de insegurança alimentar e nutricional no país, parâmetro mínimo de execução financeira e marcador gerencial específico. Realizou também a leitura da Recomendação, composta por seis incisos que abrangem a criação do processo de trabalho de repasse de informações e debate do ciclo orçamentário em 2024, pactuação dos órgãos setoriais e criação de marcadores em Planos Orçamentários (PO) especificando recortes de gênero, raça/cor/etnia assistido pelas políticas de segurança alimentar e nutricional, ampliação de recursos destinados à regularização fundiária de comunidades quilombolas, demarcação de terras indígenas, fomento à produção local e soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, consolidação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, Plano Safra da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural, apoio aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, Programa de Cozinha Solidária, Programa Nacional de Alimentação Escolar, adotando como parâmetro mínimo a execução financeira de 95%, proteção contra contingenciamentos no orçamento de programas e ações previstas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e nos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, articulação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar para a instituição de indexador anual para estimar o orçamento destinado ao PNAE e criação, com o Ministério do Planejamento e Orçamento, de um marcador gerencial específico para permitir rastreabilidade, transparência e agilidade no monitoramento dos programas e ações orçamentárias do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Presidenta do Consea abre espaço para comentários. O Sr. Edgar, Coordenador da CP5, comenta que a inclusão da população negra caberia dentro da Recomendação. A Sra. Luiza Trabuco, representante do Caisan Nacional, também se manifestou questionando o que seria a execução financeira de 95% citada na Recomendação e sugeriu que nos marcadores gerenciais para a ação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional fossem incluídas as ações do Plano Brasil Sem Fome, realizando o controle social e monitoramento do desse Plano. Ademais, ressaltou que é importante o Consea

se manifestar no momento de equilíbrio entre Legislativo e Executivo a respeito do avanço do Legislativo sobre a definição do Orçamento do Executivo Federal, para discussão da pauta como recomendação para dirigir ao Congresso Nacional. A Presidenta do Consea agradeceu e solicitou que a CP1 esclarecesse os pontos levantados. Em relação ao Orçamento do Executivo no Congresso, ressaltou que não considera possível acrescentar nessa recomendação mas poderia realizar um documento específico para apresentar ao Congresso, visto que vai entrar num processo legislativo no ano de 2025. A Secretária-Executiva do Consea, Marília Leão, realizou os esclarecimentos sobre os questionamentos apresentados. Indicou que o parâmetro da execução financeira de 95% é um estudo do TCU, que surgiu para que se tenha programas prioritários com parâmetros mínimos de execução, sendo adotado para a Recomendação. Também considerou que era possível incluir as ações do Plano Brasil Sem Fome. A Sra. Luiza Trabuco, representante da Caisan Nacional, questionou sobre o estudo comentado e seu uso como parâmetro a execução financeira para definir o orçamento do ano seguinte. Relembrou que no programa de consolidação do Sisan, houve execução ínfima em 2022 e isso orientou muito a definição do orçamento para 2023. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, relatou que é uma proposta para que o orçamento atual faça uma execução, idealmente, de 100%, como uma sugestão de meta. A Presidenta do Consea acrescentou que o objetivo era permitir que o orçamento destinado seja pelo menos 95% utilizado, pois muitos programas, mesmo com o orçamento reduzido, não executavam. A Conseselheira Daniela Frozi solicitou que fosse feita a leitura novamente sobre a questão do orçamento, que foi realizada pela representante da CP1, Marina Caixeta. A Sra. Elisabetta Recine sugeriu que a redação fosse revisada com especialista em relação à questão do orçamento financeiro para esclarecimento das informações. A Sra. Laura, do MDHC, sugeriu incluir as Ruas Invisíveis, para a população em situação de rua, e o Programa Cidadania Marajó, em razão do território do Marajó apresentar os menores Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs do Brasil e ter uma situação de insegurança alimentar e nutricional muito grave. Por fim, a Presidenta do Consea perguntou à Plenária se algum dos participantes titulares da sociedade civil, suplentes de governo ou suplentes da sociedade civil em exercício de titularidade teriam algo contra a Recomendação. A Sra Valda solicitou a inclusão dos povos ciganos, por serem povos e comunidades tradicionais. A Conselheira Vanessa Schottz sugeriu que se mencionasse conforme o Decreto nº 6.040/2007 e ao final da recomendação citar todos os povos que estão presentes no Decreto. A Recomendação foi então aprovada, com a ressalva da Presidenta do Consea para que sejam incorporadas as alterações solicitadas. A Sra. Elisabetta Recine solicitou que a CP2 apresentasse as Recomendações sobre reforma tributária e alimentos e agrotóxicos. A Sra Laís Amaral, representante da C2, realizou a leitura das Recomendações. A primeira relacionada à garantia da cesta básica nacional de alimentos composta apenas com alimentos *in-natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados e alimentos processados adequados e saudáveis. Propõe-se que os produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente sejam tributados pelo imposto seletivo e que a lista de produtos alimentícios ultraprocessados incluídos seja ampliada. Garantindo que no desenho do regime tributário ao longo da cadeia de produção e comercialização de

alimentos, a competitividade da agricultura familiar e seus agrupamentos seja preservada. A Sra. Elisabetta Recine ressaltou o objetivo da recomendação em relação à disputa da composição da cesta básica. Abriu espaço para possíveis dúvidas e/ou comentários. O conselheiro Julian Perez, da CP3, se pronunciou sugerindo umas alterações na redação em relação às carnes processadas, às frutas e bebidas açucaradas para melhor entendimento das informações e ressaltou o caso da água mineral, pois o consumo de garrafas plásticas pode se tornar um problema no quesito ambiental e sugeriu explicitar a compra de garrafas de um litro ou mais. A Sra. Elisabetta Recine então sugeriu que o debate fosse realizado depois, devido ao tempo estimado para a Plenária e submeteu a Recomendação à aprovação dos presentes. Ninguém se manifestou e a Recomendação foi aprovada. A Conselheira Laís Amaral leu a segunda Recomendação em relação à não adoção de mecanismos tributários que beneficiem os agrotóxicos e a inclusão dos agrotóxicos no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, sendo alvos do imposto seletivo, com aumento das alíquotas de imposto seletivo progressivamente mais gravosas de acordo com o respectivo grau de toxicidade. A Sra. Elisabetta Recine perguntou se alguém tinha dúvidas e/ou comentários. A Sra. Vanessa Schottz ressaltou que a CP3 concordou com a Recomendação. Sem manifestações contrárias, a Recomendação foi aprovada. A Sra. Elisabetta Recine solicitou que a CP3 apresentasse a Recomendação sobre a suplementação orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos. A Conselheira Vanessa Schottz fez a leitura da Recomendação que sugere que se assegure suplementação orçamentária para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a fim de possibilitar a abertura de nova chamada de projetos em 2024. A Presidenta do Consea alertou que se o pedido estava relacionado a recomposição de quadro funcional, deveria mandar essa recomendação para o MGI também. O Sr. Julian Perez se pronunciou sugerindo uma alteração na redação. A Sra. Elisabetta Recine abriu espaço para possíveis dúvidas e/ou comentários, ninguém se manifestou contrariamente e a Recomendação foi aprovada. A Presidenta do Consea solicitou a leitura da Recomendação pela CP4. A Conselheira Nayara Côrtes, representante da CP4, fez a leitura da Recomendação relacionada à catástrofe socioclimática do Rio Grande do Sul, ressaltando sobre o estabelecimento de um programa de repasse de recursos para as pessoas afetadas e Auxílio Calamidade Climática, incluindo a população de rua, para indivíduos acima de 18 anos que comprovadamente necessitem com o valor de R\$ 1.412,00 (Salário Mínimo). Incluindo repasse para Agricultura Familiar e Ecológica, Empreendimentos de Economia Solidária e outros pertinentes. Ademais, incluiu a ampliação do prazo do edital do Programa Cozinhas Solidárias devido à dificuldade de acesso no Rio Grande do Sul e disponibilização dos prédios públicos desocupados, para serem utilizados como moradias para famílias vítimas das enchentes, pelo movimento de luta pela moradia e pela população em situação de rua. A ocupação de tais prédios contribuiria significativamente para a redução do déficit habitacional. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu e comentou que a Recomendação foi feita sem o tempo necessário para uma redação mais apurada e que a Secretaria-Executiva do Consea trabalharia junto com a CP4 para chegar num formato adequado para que ela possa ser encaminhada. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, se colocou à

disposição para adequação da redação. A Conselheira Renata solicitou que fosse incluído um parágrafo sobre a perspectiva de mudança do modo de produção agrícola, numa perspectiva crítica de reconstrução da agricultura. A Conselheira Vanessa Schottz ressaltou que a CP3, a CP5 e a CP7 discutiram sobre essa temática e solicitou incorporação nas propostas e demonstrou preocupação em relação à projeção que se tem em relação à calamidade para os pescadores e pescadoras e a necessidade de um auxílio estendido. A Presidenta do Consea, sugeriu que após a Secretaria-Executiva realizar o tratamento junto com a CP4, circule na Mesa Diretiva a Recomendação novamente para identificar aspectos que foram discutidos conjuntamente nas CPs. A Sra. Elisabetta Recine abriu espaço para possíveis dúvidas e/ou comentários e não houve manifestação, portanto a Recomendação foi aprovada. Agradeceu às CPs pelas produção das cinco Recomendações e deu continuidade aos relatos das demais CPs e CPCE. A Coordenadora da CP3 Vanessa Schottz iniciou o relato sobre a discussão na CP3, cuja pauta principal foi em relação às normas sanitárias, ressaltando uma consulta pública, aberta pela Anvisa, para definição da classificação de risco dos alimentos. Demonstrou preocupação pela possibilidade de substituição da RDC 49, indicando que organizações da sociedade civil se juntaram, junto com Catrapovos, para preparar a minuta de uma carta aberta. Propôs ao Conselho que solicitasse à Anvisa uma audiência para tratar desse assunto, encaminhar um ofício e demonstrar a importância da RDC 49, do tratamento diferenciado para a produção de base familiar e artesanal e da importância da retomada dos mecanismos de participação social. Indicou que a reunião da CP3 teve a presença de representantes do FNDE, do MDA e do Ministério da Saúde e que estes eram favoráveis a esta audiência. Solicitou que a nova resolução não trate da RDC 49 e seja feita uma específica tomando por base a Resolução nº 49. Em relação ao Plano Safra, ressaltou que o lançamento seria realizado na semana seguinte, apresentando alguns desafios e um processo de negociação em curso para a ampliação de recursos. Ainda, destacou a questão dos juros zero para alimentos da Cesta Básica, e o envio de um ofício reforçando a articulação com o Plano de Abastecimento, sobretudo na orientação do crédito para a produção de alimentos. Relatou a presença de representante do MDS, que tratou o tema do Programa de Fomento Rural, discutindo sobre o monitoramento do programa como política social e agrícola. E indicou que na próxima reunião essa pauta será discutida. Pontuou que em relação ao desastre socioambiental no Rio Grande do Sul, o relatório da Emater identificou os territórios quilombolas afetados que não receberam as cestas básicas, sendo preciso dar continuidade às ações. Também indicou a discussão sobre a questão do abastecimento, das preocupações relacionadas ao abastecimento frente ao desastre climático do Rio Grande do Sul, mas também a um conjunto de outros fatores relacionados à concentração da produção, citou que 80% do arroz produzido nessa região possuem alto custo logístico e energético. Nesse sentido, demonstrou preocupação com o aumento do preço dos alimentos sugerindo que para a próxima Plenária do Consea seja feita uma discussão sobre preço dos alimentos, a volatilidade do preço dos alimentos, pois uma das principais contribuições para o aumento da inflação tem sido o custo dos alimentos porque ele nos aponta a questão do estoque público, de reorientação da produção. Ressaltou a situação dos pescadores, com a do mar e dos rios, inclusive com a invasão

de espécies exóticas e que se projeta por pelo menos um ou dois anos, para que os pescadores possam conseguir voltar a pescar. Foi discutido o Plano de Abastecimento, destacando a questão orçamentária, indicando uma proposta com item específico para destacar o Guia Alimentar da População Brasileira e a nova cesta básica como orientadores do Plano de Abastecimento. Um dos encaminhamentos foi articular uma agenda com o Presidente Lula para apresentar a síntese do Plano de Abastecimento relacionado com o enfrentamento à fome, de forma que as questões inovadoras que possam ser apropriadas. Em relação à pauta do Rio Grande do Sul, CP5 e CP7, foi compartilhado o Observatório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, indicando que as comunidades mais afetadas são onde se concentrava a população negra, trazendo um componente racial importante na recomendação estar destacando. A Presidenta do Consea agradeceu o relato e passou a palavra para o Coordenador da CP5 Edgar Amaral, que enfatizou a discussão voltada ao Rio Grande do Sul, considerando o racismo ambiental e a justiça social como pautas relevantes para o contexto, justamente pelas consequências apontadas para a população negra e as comunidades tradicionais. Um dos encaminhamentos debatidos foi uma ação afirmativa para a agricultura familiar, envolvendo a população negra, os quilombos urbanos e rurais, com relação ao Plano Safra e com relação à Pronaf. Indicou que a reconstrução do Rio Grande do Sul deve considerar enfrentamento ao racismo estrutural e institucional. Foi discutido junto à Caisan que muitas cestas chegaram, porém não alcançaram todos os lugares que precisam, e com isso o próprio movimento quilombola, os movimentos sociais estão cotizando um caminhão para pegar a cesta no local em que o governo deixou, para levar onde precisar, sendo o que o governo deveria ser o responsável por bancar esse transporte. Destacou que criaram um GT da campanha contra o racismo ambiental e justiça climática, pensada na criação da CP5, composta por representantes das CPs e convidados como o Instituto Ibirapitanga e a Action-Aid, que são Observadores do Consea Nacional, levantando outras organizações da sociedade civil para a campanha antirracista. Este GT planejou realizar oficinas, previstas para os dias 22 e 23 de julho, com metodologia a ser elaborada, com a presença da Assessoria de Comunicação no intuito de ajudar a desenhar a campanha e um integrante do Consea, devendo ser convidados parceiros como MIR, MDH, MCTI, MDA, MDS e FNDE. Ressaltou que a discussão em conjunto com a CP3 e a CP7 foi muito boa e poderia realizar novamente esse modelo, otimizando esforços e a troca de aprendizados. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu e solicitou que a CP5 coloque o objetivo e o resultado, assim como a proposta do GT e apresente na Mesa Diretiva e passou a palavra o Sr. Jean Pierre, representante da CPCE. Esse relato indicou o protocolo de monitoramento das Cozinhas Solidárias, política que se tornou mais capilar e com potencial de ampliação, especialmente para o público mais vulnerável e de articulação com o PAA. Nesse processo, a CPCE observou a necessidade do nivelamento com relação ao monitoramento desse equipamento, inclusive para análises sobre vigilância sanitária, e ressaltou que foi feita a análise, enquanto conselho estadual, para propor campos de observação para a construção de um protocolo de monitoramento das Cozinhas Solidárias. O representante destacou as perguntas motivadoras voltadas ao fluxo do controle social, perfil do público e busca ativa, unidades gestoras e cozinhas, Alimenta Cidades e controle social, inclusive

ressaltou denúncias recebidas por cidades dentro da própria estratégia Alimenta Cidades sem anuência do conselho, regulamentação das Cozinhas Solidárias e fornecimento de alimentos via PAA e iniciativas de formação e incidência. O encaminhamento desse ponto da reunião da CPCE foi realizar uma oficina sobre as Cozinhas Solidárias com o Consea e construção de proposta de monitoramento das unidades gestoras e cozinhas. Outra pauta discutida foi em relação a adesão ao Sisan e ao PAA, e as instâncias de diálogo e pactuação federativa. Mostrou preocupação sobre a adesão superficial, em virtude do tempo para concorrer ao PAA, falta de recursos humanos e financeiros, ausência do conselho em muitos municípios e exclusão de entidades sem CNPJ, excluindo movimentos informais e povos e comunidades tradicionais. Citou caminhos para solução dos problemas, como o fortalecimento da governança local, apoio para garantir recursos humanos e financeiros, fortalecer estratégias de formação no Sisan e os canais de comunicação entre MDS, Conseas e Caisans e elaboração de planos adaptáveis. Sobre essas pautas, os encaminhamentos englobaram reunião com a Sesan/MDS e Comitê Gestor do PAA para discutir e alinhar as diretrizes de adesão dos municípios ao Sisan e o envio de ofício para os governadores dos estados, enfatizando a necessidade de apoio e fortalecimento Sisan, reforçando a importância do PAA, das Cozinhas Solidárias e destacar a necessidade de Conseas e Caisans fortes. Outro ponto, foi a questão federativa na política de segurança alimentar, sob o prisma de como se dá nos sistemas públicos, sobretudo da assistência, da saúde e da educação em comparação ao Sisan, e todos os campos de observação e de análise que têm em comum entre esses sistemas, e quais seriam as possibilidades de interação para possíveis pactuações, espaços de divisão de poder entre esses sistemas a partir do que foi desenhado para os sistemas anteriores, como as especificidades no campo do Sisan, especialmente, a intersetorialidade. Como encaminhamento, foi retirada a necessidade de fortalecer o debate sobre as competências das instâncias do Sisan, identificando lacunas e atribuições no diálogo com a CPCCE e nos Ciclos de Diálogo e Encontro com os Conseas e Caisans que acontecerá esse ano para discutir a estruturação e funcionamento do Fórum Bi e Tripartite. Ressaltou quanto ao desenho tripartite da SAN, que desejavam realizar o seminário ainda em 2024. A CPCE decidiu realizar uma reunião extraordinária para tratar com mais tempo sobre os protocolos de atuação em eventos de calamidades e emergências climáticas, não sendo possível discutir naquela Plenária. A CPCE solicitou ao Consea e à Caisan a tomada de providências visando medir a situação e garantir a participação da sociedade civil no controle social e bom funcionamento do Sisan, formando uma comitiva composta por membros do Consea Nacional, Caisan e CPCE em reunião com a Defensoria Estadual do ES. O representante indicou a necessidade do Consea e da Caisan encaminharem um ofício para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que acerca do Projeto de Lei nº 0303/2022, o qual deixa expressamente proibida a comercialização apenas de bebidas alcoólica, alertando a importância da manutenção dos princípios de uma alimentação saudável no ambiente escolar e dos riscos de flexibilização dessa legislação, acrescentando a venda de produtos ultraprocessados, assim como encaminhamento ao FNDE. A Presidenta do Consea agradeceu o relato e compartilhou que participou da discussão da CPCE sobre o caso do Espírito Santo e que a Secretaria-Executiva do conselho recebeu o convite do

Consea do Espírito Santo, junto ao Caisan Nacional para encaminhamento do processo. Ressaltou que pretendia conversar com a Caisan para direcionamento da manifestação sem a Assembleia Legislativa considerar uma interveniência na autonomia. Considera que o FNDE também precisa se manifestar em relação a isso. A Sra. Rita Maraschin, do Consea SC, interrompeu para comunicar que iria enviar o PL por completo à CPCE e ao Consea, ressaltando que a Secretaria de Educação fez um parecer técnico contrário ao PL e mesmo assim, a CCJ aprovou e passou para a Comissão de Educação. Convidou a todos para assinar o manifesto contra o PL. A Sra Marília Leão questionou se o Consea Estadual fez alguma recomendação à Assembleia Legislativa de SC. A Sra Rita Maraschin afirmou que não, pois a estratégia foi realizar o manifesto em nível nacional, com parecer do Conselho regional para protocolar nas comissões, para assim levar a frente em Audiência Pública. A Sra. Elisabetta Recine afirmou que compartilharia o *link* do manifesto para difundir a informação. Agradeceu. Foi passado o vídeo de manifestação do Ministro do MDS, Sr Wellington Dias, sobre a Plenária do consea, que não pode comparecer, indicando que em 2023 pode-se retomar o Plano Sem Fome e Plano Safra, garantindo proteção e acesso aos alimentos saudáveis. Alertou que em julho terão a oportunidade de discutir junto a CAISAN um plano renovador ao Brasil, um passo decisivo para segurança alimentar. Ponto de pauta: Informes. Finalizando a 3ª Reunião Plenária, a Presidenta do Consea informou que a avaliação da Plenária foi positiva com temas essenciais. Indicou que a próxima reunião plenária seria presencial no fim de agosto, com a possibilidade de que as Plenárias de outubro e de novembro sejam presenciais. Como resultado dos trabalhos dessa Sessão Plenária 05 (cinco) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 7/2024/CONSEA/SG/PR – sobre o monitoramento do orçamento público de segurança alimentar e nutricional com participação social, adotando o princípio do orçamento sensível ao gênero, raça/cor/etnia e identidade sociocultural, previsão orçamentária adequada para o enfrentamento dos atuais níveis de insegurança alimentar e nutricional no país, parâmetro mínimo de execução financeira e marcador gerencial específico; Recomendação nº 8/2024/CONSEA/SG/PR – sobre revisão do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68), que institui o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS), bem como o Imposto Seletivo (IS), para que não adote mecanismos tributários que beneficiem os agrotóxicos, e inclua os agrotóxicos no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente a serem alvos do imposto seletivo, estipulando alíquotas de imposto seletivo progressivamente mais gravosas de acordo com o respectivo grau de toxicidade; Recomendação nº 9/2024/CONSEA/SG/PR – sobre revisão do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68), que institui o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS), bem como o Imposto Seletivo (IS), para que se garanta que a Cesta Básica Nacional de Alimentos seja composta apenas com alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados e alimentos processados adequados e saudáveis; que, no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente a serem tributados com imposto seletivo, a lista de produtos alimentícios ultraprocessados incluídos seja ampliada; e que, no desenho do regime tributário ao longo da cadeia de produção e comercialização de alimentos, a competitividade da agricultura familiar e seus agrupamentos seja preservada;

837 Recomendação nº 10/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a adoção das medidas de
838 reconstrução do Rio Grande do Sul a partir dos princípios da Segurança Alimentar e
839 Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada; Recomendação nº
840 11/2024/CONSEA/SG/PR – sobre suplementação orçamentária para o Programa de
841 Aquisição de Alimentos - PAA, a fim de possibilitar a abertura de nova chamada de
842 projetos em 2024. Também foi aprovada a prorrogação do mandato dos atuais
843 membros observadores do Consea por mais um ano. A Sra. Marília Leão lembrou
844 sobre a lista de chamada. Encerrada a 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília
845 Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 31/01/2025.